

ATA da AP N. 43/2024
<https://youtu.be/5MEYzZBUCGY>

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, na Sala João Neves da Fontoura – Plenarinho – 3º andar do Palácio Farroupilha, e por meio do aplicativo Microsoft Teams, transmitido também pela TVAL (em https://www.youtube.com/@al_rs), a Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado, sob a presidência do Deputado Capitão Martim (REPUBLICANOS), realizou Audiência Pública para Analisar a aplicação da Lei nº 14.751/2023 no Rio Grande do Sul. O Requerimento de Audiência Pública nº 43/2024, do Deputado Capitão Martim, foi aprovado na reunião ordinária de 14 de novembro de 2024 da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado. O **Deputado Capitão Martim** deu início à audiência pública com uma saudação aos presentes e anunciou oficialmente a abertura dos trabalhos. O deputado informou a composição da mesa, destacando a presença da Deputada Estadual Luciana Genro. Também compunham a mesa o representando a Brigada Militar - Tenente-Coronel Daniel Luizelli Altafini; representante do Corpo de Bombeiros - Tenente-Coronel Darlen Silva Ribeiro; representante OAB/RS - Dr. Evandro José Horn, Presidente da Comissão Especial de Direito Militar da OAB/RS; o Procurador-Geral do MPCRS, Dr. Ângelo Gräbin Borghetti; representante da ABAMF - Maico Volz; representante da ABERGS - Jeferson França. O deputado explicou a dinâmica da audiência, esclarecendo que os deputados presentes poderiam solicitar a palavra a qualquer momento. Na sequência, seriam abertas as falas iniciais dos membros da mesa. Posteriormente, haveria a abertura para inscrições e perguntas, que poderiam ser feitas tanto de forma presencial quanto online, com um tempo regimental de três minutos para cada participante. Após os esclarecimentos iniciais, o Deputado Capitão Martim concedeu a palavra ao Dr. Evandro José Horn, que recebeu o tempo regimental de três minutos para suas observações iniciais. Na condução dos trabalhos o Deputado Capitão Martim concedeu a palavra para a Deputada Luciana Genro e também registrou a presença *online* do Deputado Jeferson Fernandes. A deputada optou por fazer uso da palavra em momento posterior, então foi concedida a fala ao **Dr. Evandro José Horn - Representante OAB/RS** que iniciou cumprimentando os presentes e destacando que estava representando o presidente da OAB/RS na audiência pública. Ele direcionou suas saudações ao Deputado Capitão Martim, à Deputada Luciana Genro e aos demais participantes. Em seguida, apresentou o posicionamento da OAB/RS, enfatizando a necessidade de cumprimento da legislação federal relacionada à organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Ele destacou que a Lei Orgânica Nacional discutida na audiência foi objeto de tramitação por mais de duas décadas, aproximadamente 22 anos, no Congresso Nacional, e agora deve fornecer diretrizes comuns e padronizadas a essas instituições. O Dr. Evandro observou que o Rio Grande do Sul possui um sistema de carreira diferenciado das demais organizações militares no Brasil. Alertou sobre o risco de o estado adotar uma postura seletiva em relação à nova legislação, aplicando somente os artigos que considera convenientes e rejeitando aqueles que não o são. Ele traçou um paralelo com a Lei nº 13.954, que alterou o Decreto-Lei nº 667, e destacou que, assim como a nova Lei nº 14.751, essa legislação trouxe mudanças em âmbito nacional, especialmente em questões previdenciárias

e de carreira para os militares. O representante da OAB criticou o fato de que, naquele caso, o estado aplicou seletivamente artigos das legislações nacionais, aceitando dispositivos convenientes e ignorando outros que deveriam ser seguidos. Para a OAB/RS, ele reforçou, é imprescindível que o ordenamento jurídico federal seja integralmente cumprido. Contudo, também enfatizou a importância de um debate aprofundado e da abertura de um canal de diálogo sério entre o governo estadual e seus representantes, com o objetivo de viabilizar o cumprimento da lei de maneira adequada e justa. Finalizou sua fala reafirmando a necessidade de seguir o ordenamento jurídico federal e agradeceu a oportunidade de contribuir com a audiência. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu a participação inicial e passou a palavra para o **Dr. Ângelo Gräbin Borghetti - Procurador-Geral do MPCRS** iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes e se apresentando como Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Rio Grande do Sul, função que exercerá até o final do próximo ano. Ele destacou que aceitou o convite para participar da audiência pública e parabenizou o Deputado Capitão Martim pela iniciativa de debater um tema de grande relevância para a sociedade gaúcha. Também saudou a Deputada Luciana Genro, o Deputado Jeferson Fernandes e as demais autoridades civis e militares presentes. Ele relatou que o tema da Lei nº 14.751/2023 já está em análise no Ministério Público de Contas e mencionou que uma reunião preliminar sobre o assunto foi realizada em seu gabinete no dia 14 de novembro, com a participação do Dr. Evandro Horn, do 1º Sargento Jefferson e do 1º Tenente Mateus. Desde então, ele e sua equipe têm estudado a legislação. Na semana anterior à audiência, foi expedida uma requisição à Casa Civil solicitando informações sobre as medidas que estão sendo tomadas para implementar a norma no estado. Ao analisar a Lei nº 14.751/2023, o Dr. Ângelo destacou que a Constituição Federal, no artigo 22, inciso XXI, atribui à União a competência para editar normas gerais sobre a organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, reafirmando, assim, a constitucionalidade da nova legislação. Ele também mencionou o artigo 60 da Constituição Estadual¹, que prevê que a organização dos efetivos depende de lei privativa do governador, razão pela qual direcionou seu ofício à Casa Civil e ao Chefe do Executivo estadual. Sobre o conteúdo da lei, ele ressaltou que a norma estabelece uma estrutura básica para as organizações militares, com novos postos e diretrizes que, em sua visão, promovem melhores condições para a progressão na carreira. Isso, segundo ele, pode reduzir a desmotivação entre os efetivos, especialmente em relação àqueles que, devido à falta de oportunidades, acabam se aposentando no mesmo posto em que ingressaram, como soldados. Ele compartilhou sua experiência de 16 anos no Tribunal de Contas, observando os impactos negativos causados por legislações anteriores que extinguíam postos e desmotivavam a tropa. O Dr. Ângelo enfatizou a importância de o estado do Rio Grande do Sul, na figura do governador e da Casa Civil, adaptar suas normas às diretrizes federais, destacando que essa adequação é essencial para evitar descontentamento e ações judiciais futuras, como já ocorreu em outros contextos, como o da legislação sobre o plano de carreira dos professores. Ele parabenizou novamente o Deputado Capitão Martim por promover o debate político necessário para avançar com essa

¹ Na fala menciona “Constituição Federal”, porém o artigo referido está na Constituição **Estadual** do Rio Grande do Sul.

adaptação, ressaltando que ações judiciais ou administrativas dificilmente substituem a vontade política para garantir mudanças estruturais. Por fim, ele citou o exemplo da legislação dos professores que demorou para ser ajustada gerando prejuízos para o estado. Reforçou a necessidade de o estado agir rapidamente para ajustar suas normas às disposições federais, prevenindo futuros prejuízos a médio e longo prazo, e se colocou à disposição para esclarecer dúvidas ou contribuir com os próximos passos. Concluiu agradecendo pela oportunidade de participar da audiência pública. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu a participação inicial e passou a palavra para o **Tenente-Coronel da Brigada Militar, Daniel Luizelli Altafini** que iniciou sua fala cumprimentando o Deputado Capitão Martim, os parlamentares presentes, as autoridades civis, os representantes das associações e seus representados, além do público que acompanhava a audiência pela TV Assembleia. Ele agradeceu pela oportunidade de participar do debate, destacando a importância desse espaço para discutir questões relevantes sobre a Lei Federal nº 14.751/2023. O oficial informou que a Brigada Militar já está realizando estudos para avaliar a viabilidade e a aplicabilidade da nova legislação no contexto estadual. Ele mencionou que as apresentações realizadas pelos demais integrantes da mesa já haviam apontado temas importantes que merecem atenção no processo de análise. Ele reiterou o compromisso da Brigada Militar de ouvir atentamente os questionamentos e os anseios apresentados durante a audiência pública, destacando que todos serão devidamente considerados nos estudos em andamento. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu a participação e passou a palavra para o **Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Darlen Silva Ribeiro** que cumprimentou o Deputado Capitão Martim, a Deputada Luciana Genro, o Deputado Jeferson Fernandes e os demais participantes, apresentando-se como representante do Corpo de Bombeiros. Informou que a instituição já possui uma portaria publicada para tratar da implementação da Lei Orgânica Nacional, envolvendo tanto oficiais quanto integrantes da carreira de praças. Ele destacou reuniões realizadas com a ABERGS, entidade que representa grande parte do efetivo. Ele mencionou que o Corpo de Bombeiros está atento ao cenário nacional, acompanhando iniciativas de outras corporações que têm buscado harmonizar suas legislações estaduais com a nova norma federal. Enfatizou a importância de um diálogo produtivo com todos os presentes e manifestou a intenção de, ao final dessas discussões, apresentar uma proposta ao Poder Executivo. Agradeceu pela oportunidade de participar da audiência. O **Deputado Capitão Martim** retomou a palavra, agradeceu a participação e informou que aqueles interessados em participar que fizessem inscrição com a Cláudia que estaria à disposição para registrar os pedidos. Dando continuidade passou a palavra para o **Presidente da ABAMF, Maico Volz** que iniciou cumprimentando o Deputado Capitão Martim, proponente da audiência, a Deputada Luciana Genro e o Deputado Jeferson Fernandes, destacando o papel destes em ecoar as demandas da categoria na Assembleia Legislativa. Ele nomeou várias outras autoridades e estendeu os cumprimentos aos presentes. Lamentou o fato de a audiência pública estar sendo realizada em um salão pequeno, ao invés do grande, o que poderia atrair mais pessoas interessadas no assunto, pois o tema, segundo ele, é de interesse coletivo. Ele destacou que o debate traz esperança para os policiais militares, especialmente dos soldados aos tenentes, uma vez que trata de modificações legislativas importantes. Mencionou a explicação já dada pelo Dr. Evandro José Horn sobre as legislações

federais que afetam a categoria, no entanto, criticou a postura do estado, que tem "pincelado" apenas aspectos da legislação nacional que considera benéficos ao próprio governo e prejudiciais aos servidores. Ele apontou que, apesar de a legislação federal já estar sendo parcialmente aplicada, como nos novos status hierárquicos, muitas outras regras ainda não foram implementadas, causando preocupação, especialmente devido à morosidade do Estado do Rio Grande do Sul em adaptar suas normas. Ele também mencionou o trabalho conjunto com outros colegas para a criação de um anteprojeto que visa ampliar a aplicação da lei orgânica nacional, uma vez que as mudanças legislativas não devem demorar mais de duas décadas para serem aplicadas, causando prejuízos aos policiais militares do estado do RS. Maico manifestou satisfação em ver a convergência de opiniões entre representantes da OAB, do Ministério Público de Contas e outros especialistas que corroboram a obrigatoriedade de aplicação integral da lei. Ele enfatizou que a legislação já está em vigor e deve ser implementada rapidamente no estado. Agradeceu ao Deputado Capitão Martim pela oportunidade de debater um tema tão relevante para os policiais e bombeiros militares. **Deputado Capitão Martim** agradeceu a fala de Maico Volz e garantiu que, se houver necessidade de realizar outra audiência pública com maior participação, buscará um local mais amplo, como o auditório Dante Barone, e, se necessário, até outro espaço, reforçando o compromisso de garantir que todos sejam ouvidos em um tema tão importante para os policiais e bombeiros militares. Em seguida, passou a palavra ao **presidente da ABERGS, Jeferson França**. Jeferson iniciou agradecendo ao Deputado Capitão Martim pela abertura do espaço e destacou que essa audiência foi um pleito veemente das associações. Ele ressaltou que, sem a atuação dessas entidades, o debate não teria avançado, e lembrou que as associações formalizaram ofícios ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público de Contas e à Assembleia Legislativa, cobrando a aplicação da Lei Federal nº 14.751/2023. França apontou a demora de quase seis meses desde a sanção da lei para que o estado começasse a discutir sua aplicabilidade. Ele destacou a importância das associações em pressionar os órgãos de fiscalização, a Assembleia Legislativa fiscalizarem as ações do governador do estado para garantir a implementação integral da legislação federal, e não apenas de alguns dispositivos. Ele destacou a necessidade imediata de harmonizar a legislação estadual com a federal. Mencionou que, recentemente, um projeto de lei sobre a reestruturação do Corpo de Bombeiros passou pela Casa Civil, com parecer favorável, mas estava em desacordo com a lei federal. Jeferson questionou o motivo de essa harmonização ainda não ter sido feita, visto que já existe uma lei federal com aplicação imediata. Ele apontou que, diante disso, o parecer favorável à reestruturação do Corpo de Bombeiros não deveria ter sido emitido. Além disso, Jeferson fez um apelo aos deputados, caso seja criada uma comissão especial para tratar do projeto de lei que em breve será votado na Assembleia, que as associações devem ser ouvidas, especialmente neste momento de aplicação da lei federal. Por fim, agradeceu pela oportunidade de participar do debate. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu a fala de Jeferson França e garantiu que compartilha do desejo por celeridade no processo de implementação da Lei Federal. Anunciou a chegada da Deputada Delegada Nadine e ressaltou que, caso seja necessário, poderá organizar uma nova audiência pública ou até uma comissão especial para tratar do tema. Afirmou que o Parlamento está comprometido em ouvir todos os envolvidos e destacou o

apoio aos avanços na Segurança Pública, garantindo que há parceiros na Assembleia Legislativa dispostos a trabalhar em conjunto. Em seguida, passou a palavra para a Deputada Estadual Luciana Genro. A **Deputada Luciana Genro** iniciou cumprimentando o Deputado Capitão Martim pela iniciativa da audiência pública, destacando que, como coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Praças e Tenentes da Brigada, reconheceu a importância do tema e informou que avaliou a possibilidade de solicitar uma audiência pública sobre o tema, porém quando soube da iniciativa do deputado decidiu somar esforços à esta proposta. Ela também saudou os demais membros da mesa em especial a Deputada Delegada Nadine e o Deputado Jeferson Fernandes. Imediatamente expressou sua indignação com a morosidade na aplicação da Lei Orgânica Nacional, que já completou um ano de aprovação. A Deputada Luciana relatou que questionou o governador Eduardo Leite sobre a inclusão da adequação à lei nacional no pacote de mudanças nas carreiras enviado à Assembleia no meio do ano. Contudo, revelou que o governador sequer estava ciente da necessidade de adaptação, algo que, em sua visão, deveria ter sido informado por seus assessores. A deputada enfatizou que naquele momento informou o governador da necessidade de ele enviar um Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa para adequação da carreira dos brigadianos à Lei Orgânica Nacional. Até o momento, nenhuma medida concreta foi tomada, o que reforça, segundo a deputada, uma postura de negligência. Ela criticou duramente o comando da Brigada Militar por supostamente verificar a viabilidade da aplicação da lei, afirmando que não se trata de decidir se ela será aplicada, mas sim de determinar os mecanismos para colocá-la em prática. Apontou que a demora prejudica especialmente os praças e tenentes, os principais beneficiados pelas mudanças previstas, como melhores perspectivas de progressão na carreira. A deputada lembrou que é comum ver soldados se aposentarem sem promoções e mencionou outros prejuízos recentes causados pelas mudanças implementadas pelo governador Eduardo Leite, como a retirada da promoção na aposentadoria e a criação do terceiro nível de soldado, além do fim da verticalidade, além de vários outros ataques à carreira dos brigadianos. Ressalta que fez com a anuência da Assembleia Legislativa, ressalvando que não com a sua anuência, evidentemente. A deputada destacou que, enquanto o governo age rapidamente para aplicar leis federais que restringem direitos dos servidores públicos, ignora ou adia aquelas que trazem benefícios, como a Lei Orgânica Nacional. Encerrou enfatizando a importância de unir esforços, mesmo com diferenças ideológicas, para garantir uma carreira digna aos brigadianos que arriscam suas vidas em prol da sociedade. Reforçou sua esperança de que a iniciativa do Deputado Capitão Martim seja um passo para que o governador reconheça a gravidade da situação e cumpra a lei. Presidindo a Audiência Pública o **Deputado Capitão Martim** agradeceu à Deputada Luciana Genro por sua fala e destacou a importância das colocações feitas. Ele reforçou que os deputados presentes, incluindo o Deputado Jeferson Fernandes, que acompanhava a audiência na sala virtual, poderiam solicitar a palavra a qualquer momento. Em seguida, passou a palavra à Deputada Delegada Nadine. A **Deputada Delegada Nadine** iniciou sua fala cumprimentando os presentes, com destaque especial aos colegas da Brigada Militar, do Corpo de Bombeiros e representantes das associações. Ela parabenizou o Deputado Capitão Martim pela iniciativa da audiência pública e destacou sua importância. Mencionou que, desde o semestre passado, já vinha cobrando medidas concretas

sobre a aplicação da lei federal, tendo enviado ofícios à Secretaria de Segurança Pública, entidades de classe e comandantes das corporações. Enfatizou que faz parte da base do governo, porém, disse que sua prioridade é a defesa dos colegas das forças policiais. Ela revelou que recentemente alertou o Governador e a PGE sobre possíveis problemas, como concursos públicos anunciados sem alinhamento com as novas regras da legislação federal, citando que outros estados já enfrentaram judicializações nesse sentido. A Deputada Delegada Nadine defendeu a necessidade de uma composição que implemente a lei federal respeitando tanto suas diretrizes quanto as especificidades do Rio Grande do Sul. Ressaltou a importância de incluir as entidades de classe em todas as discussões e sugeriu que, como encaminhamento da audiência, seja marcada uma reunião específica entre os deputados, representantes das entidades de classe e o Secretário de Segurança Pública para tratar do tema de forma objetiva. **Encaminhamento sugerido:** realizar uma reunião com o Secretário de Segurança Pública, envolvendo os deputados e representantes das entidades de classe, para avançar na implementação da lei federal no estado, ainda em 2024. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu a fala da Deputada Delegada Nadine e destacou que o encaminhamento sugerido será registrado em ata. A reunião com o Secretário de Segurança Pública, envolvendo todas as entidades de classe presentes e interessados, será um dos próximos passos dessa audiência pública. Em seguida, deu início à fase de debates, cedendo o microfone para **Aparício Santellano**, que teria 3 minutos para suas considerações. O **representante da ASSTBM, Aparício Santellano** iniciou sua fala parabenizando o Deputado Capitão Martim e saudando os demais presentes e destacando a importância do Fórum de Entidades criado em conjunto com as outras associações. Ele expressou sua reflexão sobre o que foi discutido até aquele momento, demonstrando preocupação com a falta de ações concretas em relação à aplicação das leis, especialmente quando se trata de direitos dos servidores. Apontou que, muitas vezes, o governo aplica aquilo que é benéfico, mas deixa de cumprir os direitos dos servidores, como no caso de 30.000 brigadianos que não receberam reajuste salarial. Aparício criticou a falta de "vontade política" por parte do governo e mencionou que, frequentemente, o parlamento se mostra submisso ao governo, chegando a votar contra as necessidades da categoria. Ele usou a fala anterior da deputada Nadine para cobrar que não adianta "falar bonito" e dizer que está junto com a categoria, mas que na hora de votar "fica do outro lado". Deixou claro que não se trata nada específico em relação à deputada, mas se refere ao comportamento da base do governo. Para ele, a questão não é mais debater a lei, mas cumpri-la. Defendeu que, se a lei federal já está estabelecida, ela deve ser cumprida sem mais delongas e sem necessidade de análises adicionais. Ele ressaltou que, embora o diálogo seja importante, não é mais momento de discutir a aplicabilidade da lei, mas sim de impor sua execução. Nesse sentido, Aparício sugeriu que o parlamento se imponha perante o governo, criando uma comissão que estabeleça prazos para garantir o cumprimento da legislação. Ele destacou a insatisfação com as reuniões e comissões que, segundo ele, não têm gerado resultados concretos. Enfatizou que espera algo concreto do parlamento e não tem nenhuma esperança de uma atitude favorável do governo. Concluiu sua fala reiterando a busca constante das associações por apoio do parlamento, não do governo, já que o apoio do governo parece improvável naquele momento. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu a fala deixou a palavra à disposição para quem quisesse fazer uso.

Aproveitando a oportunidade, **Maico Volz – ABAMF** retoma a palavra. Ele critica a atuação da Procuradoria Geral do Estado (PGE), mencionando que ela deixou de ser uma assessoria legal para o governo e passou a embasar ilegalidades, citando como exemplo a reforma da previdência que prejudicou os veteranos da reserva. Ele também comentou sobre a Lei Orgânica Nacional, ressaltando a importância de unificar as carreiras de policiais militares e bombeiros, destacando que a carreira deveria ser única, sem a divisão entre nível médio e superior. Maico defendeu a necessidade de oferecer uma previsibilidade de progressão na carreira, garantindo a paridade entre os soldados e os oficiais superiores, como capitães, com base na experiência. Ele sugeriu que o projeto criado pela ABAMF, que visa a aplicação exequível da Lei Orgânica sem impactos financeiros negativos, fosse analisado pelo governo, uma vez que considera que a aplicação dessa lei é viável financeiramente. Ele criticou a falta de participação das categorias na decisão sobre suas carreiras, mencionando a criação de uma comissão conjunta entre soldados, sargentos, tenentes, tenente-coronéis e coronéis, como um modelo a ser seguido. Finalizou parabenizando os bombeiros pela iniciativa e destacando a importância de continuar a luta para implementar a lei de forma efetiva. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu a fala de Maico Volz e solicitou que fosse encaminhado à mesa tanto a enquete quanto o anteprojeto para que pudessem ser considerados como resultados da audiência pública. Em seguida, pediu para que o microfone fosse passado para **Fábio Rodrigues**. O representante da FERPM, **Fábio Rodrigues** cumprimentou a todos destacando que estava representando todo o nível médio da Brigada Militar e Bombeiros Militares. Enfatizou a unanimidade entre as associações sobre a necessidade de aplicar a Lei Orgânica Nacional, que ele considerou ser amplamente benéfica, porém tem sido sistematicamente ignorada pelo Estado. Mencionou que um anteprojeto para a aplicação da lei foi elaborado pelas associações, com conhecimento de todos os praças, com um estudo financeiro demonstrando que é viável. Fábio expressou sua preocupação com a falta de progressão na carreira dos praças da Brigada Militar, o que resulta em situações como o caso de policiais que, após 25 anos de serviço, não conseguem promoções. Ele destacou que muitos tenentes com mais de 10 anos de serviço ainda não são promovidos a capitão, o que compromete o futuro da carreira militar. Ressaltou a fala da Deputada Luciana Genro que mencionou ser necessário tratar da aplicabilidade da Lei Orgânica Nacional e que já não é mais tempo de se falar em estudos da lei. Reforçou que já se passou um ano desde sua aprovação e que ainda não houve avanço nesse sentido. Mencionou que está recebendo mensagens de colegas de Alegrete e Torres que estão acompanhando a reunião. Finalizou apelando para que os deputados atendam à demanda do nível médio, que apenas busca a aplicação da lei federal. Novamente o presidente da reunião, **Deputado Capitão Martim**, coloca a palavra à disposição dos membros da mesa. O Deputado Jeferson Fernandes solicita inscrição ao que lhe é concedido o direito de fala imediatamente. O **Deputado Jeferson Fernandes** agradeceu ao Deputado Capitão Martim e cumprimentou a todos, especialmente a Deputada Delegada Nadine, Deputada Luciana Genro. Mencionou estar acompanhando atentamente as falas durante a audiência, fez uma proposição relacionada ao encaminhamento feito pela Deputada Delegada Nadine. Ele começou ressaltando a sugestão feita pela Deputada Delegada Nadine sobre a criação de uma comissão para reunir com o Secretário Estadual de Segurança Pública para sensibilizá-lo

a encaminhar o projeto à Assembleia Legislativa, no entanto, o **Deputado Jeferson encaminhou uma sugestão** de que o mais adequado seria uma ação mais ampla de todo o Parlamento, voltada diretamente ao Governador, já que, segundo ele, o Secretário, assim como outros representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, está subordinado ao Governador e, portanto, não tomaria decisões divergentes daquilo que o Governador pensa. O deputado demonstrou ceticismo em relação às atitudes do Governador, especialmente quando se trata de questões envolvendo servidores públicos. Ele afirmou que, geralmente, o Governador age em conformidade com a lei apenas quando esta prejudica os servidores, mas retira os benefícios que poderiam ser aplicados. Ele sugeriu que as associações como a ABAMF, ABERGS, e outras entidades se unissem para elaborar um documento que expressasse o apoio dos deputados a uma ação, mas destacou que o apoio dos deputados governistas seria fundamental para forçar o Governador a mudar de posição ou a parar de se omitir em relação à questão. O Deputado também enfatizou que o Governador não pode alegar desconhecimento sobre a situação, já que a Deputada Luciana havia informado claramente sobre a obrigatoriedade do cumprimento da lei federal. Para Deputado Jeferson Fernandes, a presença das instituições como a OAB, Ministério Público e Tribunal de Contas foi importante, mas lamentou a ausência do Ministério Público Estadual, que ele considerou essencial para reforçar a argumentação sobre a necessidade de cumprimento da lei. Ele também mencionou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) não pode se submeter à política partidária, devendo, em vez disso, interpretar e aplicar a lei aprovada em Brasília. Finalizando sua fala, o Deputado fez uma reflexão sobre a cultura secular de descumprimento da lei no Brasil, citando o exemplo histórico da abolição do tráfico de escravizados, que foi prometida em 1831, mas não cumprida por mais de 40 anos. Ele relacionou esse histórico de descumprimento com a atual situação em que, segundo ele, o poder público ainda falha em cumprir as leis. Por fim, reiterou sua sugestão para que as entidades elaborem o documento e pediu o apoio das associações, enfatizando que seria fundamental a assinatura dos deputados governistas para pressionar o Governador a tomar uma atitude e garantir o cumprimento da legislação. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu as palavras do Deputado Jeferson Fernandes, acolheu a sugestão afirmando que as duas abordagens podem coexistir. Ele concordou com a sugestão de uma reunião com o secretário de Segurança Pública, destacando que essa conversa é importante e precisa acontecer o quanto antes. Martim sugeriu que, caso seja do interesse das associações, o pedido feito pelo Deputado Jeferson também poderia ser realizado, mas enfatizou a urgência em agendar a audiência com o secretário de Segurança para garantir o cumprimento da Lei Orgânica Nacional de forma eficaz. Ele então deu continuidade à audiência, passando a palavra para o Sargento Ubirajara. O **Sargento Ubirajara** iniciou sua fala parabenizando o Deputado Capitão Martim pela audiência pública e o reconhecimento dos parceiros que contribuíram na defesa dos direitos dos bombeiros e policiais militares. Ele destacou sua trajetória à frente da Associação de Bombeiros e sua experiência no Congresso Nacional, ressaltando a importância da Lei Orgânica Nacional, que iniciou a sua elaboração no mandato do presidente Fernando Henrique, passando por todos os presidentes posteriores, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula novamente. Salienta que a lei foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado. Ubirajara explicou que, apesar de a legislação ter sido

sancionada, o debate necessário sobre a transição e implementação da lei no Rio Grande do Sul ainda não ocorreu, com o prazo até o dia 6 de dezembro para que seja feita a opção entre a carreira atual ou a nova carreira. Ele destacou que a lei tem como objetivo dar oportunidade de ascensão na carreira, e não a promoção automática, como algumas pessoas poderiam pensar. Para ele, a legislação foi construída de forma democrática e aprovada por diversas entidades, tanto de praças quanto de oficiais. Destacou que a discussão não deveria ser sobre se a lei é boa ou ruim, mas sim sobre como será a sua implementação. Ele explicou que, em um contexto democrático de debate, mesmo leis ruins precisam ser cumpridas, mencionando que, apesar de algumas críticas, a atual legislação foi construída ao longo de 15 anos e é considerada boa por sua representatividade e apoio de várias entidades, tanto nacionais quanto de instituições, como a Fenem (Federação Nacional das Entidades de Militares), o Conselho Nacional de Comandantes Gerais e a Fenb (Federação Nacional de Bombeiros). O Sargento enfatizou que a lei deve ser cumprida e que ela não afetaria negativamente a carreira dos oficiais intermediários e superiores. De acordo com Ubirajara, essa legislação foi criada para padronizar e valorizar a carreira dos profissionais, destacando os esforços e as contribuições de homens e mulheres no corpo de bombeiros, que atuaram diretamente durante momentos críticos, como a pandemia e a enchente de maio. Ele também fez um alerta, lembrando que, no dia 2 de dezembro, data em que se comemora o patrono do Corpo de Bombeiros Militar, todos os Bombeiros Militares de todo o Brasil estão sendo promovidos, conforme determinado pela lei. Porém, ele destacou que, no Rio Grande do Sul, a lei não está sendo cumprida, especialmente no que diz respeito às datas de promoção, que deveriam ser 2 de dezembro para o Corpo de Bombeiros e 21 de abril para as polícias militares. Ele questionou também o fato de o Estado estar abrindo mão de receitas relacionadas à fiscalização de órgãos congêneres, o que está em desacordo com a legislação que prevê essa arrecadação. A fala do Sargento Ubirajara foi concluída com uma referência a uma reunião anterior com o então Secretário de Segurança do Estado do Ceará, Sandro Caron, e a importância de alinhar a legislação estadual do Rio Grande do Sul com a lei orgânica nacional, citando como exemplo a boa aplicação da lei no Ceará, onde a carreira do Corpo de Bombeiros já estava em conformidade com a lei nacional antes mesmo de sua implementação em outros estados. O Sargento concluiu afirmando que espera que o Rio Grande do Sul adote a mesma legislação, destacando que ela já foi "chancelada" por autoridades competentes e seria benéfica para os profissionais da área. Imediatamente foi concedida a palavra para a Deputada Luciana Genro. A **Deputada Luciana Genro** destacou a importância dos bombeiros, reconhecendo-os como heróis sempre dispostos a arriscar suas vidas para salvar outras pessoas. Mencionou a parceria com a Deputada Delegada Nadine para aprovar na CCJ e na Comissão de Segurança Pública uma alteração na Lei Kiss, visando garantir sua efetiva aplicação, algo que considera essencial para os bombeiros. Além disso, questionou o prazo estabelecido até 6 de dezembro para que as pessoas escolham entre duas carreiras, embora uma das carreiras sequer exista. Perguntou se alguém saberia esclarecer esta questão. Houve uma informação vinda da plateia ao que a deputada disse entender a existência da carreira a nível nacional, porém no estado ainda não existe. No debate o presidente passou a palavra para o **Tenente-Coronel Daniel Luizelli Altafini** que informou que o artigo 40 e seus

parágrafos, que tratam da transição e da opção, foram inicialmente vetados, mas o veto foi derrubado e publicado em junho deste ano. Explicou que a lei federal estipula um prazo de 180 dias para a opção, mas, na prática, esse prazo ainda não está em vigor devido à falta de regulamentação estadual. Informou que a Brigada Militar está recebendo e encaminhando os requerimentos pelos comandos, aguardando o desfecho da transição ou implementação da lei. Ressaltou que, sem regulamentação, o prazo atual perde eficácia, e, após a regulamentação, deverá ser aberto um novo prazo para apresentação de novos requerimentos. Neste momento pede a palavra o **Maico Volz – ABAMF** que explicou que o prazo de 180 dias começou a contar após a derrubada dos vetos. Ele destacou o nível de insatisfação da categoria, com soldados, sargentos e tenentes apresentando requerimentos para aderir a uma nova carreira, mesmo sem saber como o estado aplicará a nova legislação ou se adotará o projeto proposto pelas associações. Ressaltou que, apesar da incerteza, muitos optam pela mudança porque acreditam que a nova carreira não será pior do que a atual. Então a vez de fala foi tomada por **Jeferson França – ABERGS** que discordou do posicionamento do comando da Brigada quanto aos prazos da lei federal, afirmando que eles são tácitos. Ressaltou que a estabilidade do militar foi reduzida de 5 para 3 anos, conforme decisão recente da Justiça Militar alinhada à lei federal. Explicou que o prazo de 180 dias para a opção, que termina em 6 de dezembro, é o único prazo legal definido, conforme pareceres do jurídico das associações, da OAB e do Ministério Público. Informou que o Ministério Público abriu um expediente administrativo sobre o cumprimento do prazo. França sugeriu uma reunião urgente com o secretário de Segurança Pública ou o governador, como proposto pelo deputado Jeferson Fernandes, antes do término do prazo, para garantir que os Requerimentos Padrão Únicos (RPU) sejam aceitos integralmente até 6 de dezembro, já que há batalhões que ainda não estão recebendo os documentos. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu e passou a palavra ao **Dr. Evandro José Horn – Representante OAB/RS**, o qual destacou que o debate foi proveitoso, observando que as associações demonstraram uma clara intenção de diálogo, sem beligerância contra o estado. Ele reconheceu a preocupação das associações com a repercussão financeira da lei para o estado e frisou que a legislação em questão tramitou por 22 anos no Congresso Nacional, com aprovação unânime e participação de entidades representativas das polícias e bombeiros militares do Brasil inteiro. Ressaltou que se está tratando de uma lei federal que tem repercussão para todas as polícias militares e para todos os corpos de bombeiros do país. Reiterou que a lei federal tem implicações para todos os estados, cobrou que o governo do estado estabeleça o diálogo com as associações. Destacou que a Lei Federal 14.751 aprimora o Decreto-Lei 667 salientando que o Rio Grande do Sul é o único estado que não segue a estrutura de carreira similar ao Exército Brasileiro, o que gera conflitos iniciais. Dr. Evandro enfatizou que deve haver convergência em relação aos aspectos legais e financeiros, mais uma vez reforçou que é uma lei federal e num estado democrático de direito é inadmissível que não esteja sendo implementada. Salientou que o diálogo é essencial para respeitar a segurança jurídica e assegurar a implementação integral da lei, criticando a ideia de escolher quais dispositivos cumprir. Concluiu que a disposição das associações para o diálogo exige reciprocidade por parte do governo estadual. O **Deputado Capitão Martim** informou que já passara a metade da audiência pública, que deixaria as considerações para o

final da reunião e passou a palavra para o **representante da AOFERGS, Paulo Ricardo**. Paulo iniciou agradecendo aos deputados presentes e demais autoridades, mencionando já ter participado de ambas as carreiras. Destacou que a legislação foi aprovada por todas as autoridades relevantes, incluindo os comandantes gerais, o que demonstra sua relevância e consenso, destacando que pode haver discordância em relação ao processo de aprovação, porém não se pode discordar do resultado. Ele afirmou que a carreira atual beneficia desproporcionalmente os oficiais superiores, sendo necessária uma mudança estrutural para atender melhor às necessidades dos praças e corrigir as desigualdades. Paulo ressaltou problemas da carreira, como progressões extremamente lentas, citando que um soldado que ingressasse em 2024 só alcançaria o posto de sargento em 2049, enquanto um capitão formado em 2025 chegaria a coronel no ano de 2042. Relatou que isso contribui para problemas graves, como altos índices de suicídio e endividamento na corporação, além de desestimular a carreira. Ele criticou a redução de interstício aplicada apenas para oficiais superiores, sem extensão aos praças, questionando a justificativa para tais desigualdades. Enfatizou a importância de criar carreiras que valorizem todas as categorias, garantindo progressões claras e justas, e mencionou que a proposta apresentada pelas associações traz economia para o estado, já que eliminaria a entrada de capitães no curso de oficiais, começando a formação como aspirante a segundo-tenente, gerando economia de 5 a 8 anos de custos. Concluiu reiterando a necessidade de uma reforma justa que valorize todos os membros da corporação. O presidente passa a palavra para **Jeferson França – ABERGS** que destacou a existência de "dois pesos e duas medidas" no tratamento das pautas. Citou que, desde agosto, o comando do Corpo de Bombeiros encaminhou um processo de reestruturação que avançou rapidamente, recebendo parecer favorável da PGE, mesmo contrariando a lei federal. Enquanto isso, as associações discutem a implementação da lei federal desde maio, e o debate foi aberto na Assembleia somente agora. Ele sugeriu que a solução para o Corpo de Bombeiros seria simples: readequar a reestruturação à legislação federal, abrindo um diálogo para garantir a aplicabilidade das mudanças. França ressaltou que o debate sobre a lei já está mais amadurecido entre os bombeiros, facilitando sua implementação. Foi concedida a palavra para o **vereador de Passo Fundo, Gio Krug**. Ele iniciou cumprimentando os participantes da reunião, destacando as associações, os colegas militares presentes e os mais de mil membros da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar que acompanhavam pelas redes sociais. Ele enfatizou o trabalho realizado pelas associações e lembrou que a lei orgânica, aprovada por unanimidade após 22 anos de tramitação no Congresso, completará um ano em 13 de dezembro, enquanto o estado ainda não se movimentou para implementá-la. Gio mencionou a readequação de carreira em andamento no Corpo de Bombeiros e questionou se algo semelhante estava sendo realizado na Brigada Militar. Ele elogiou os esforços das associações, que dialogaram com o Coronel Fioli, mas lamentou a falta de uma conexão efetiva entre a classe militar estadual e o governo. Apontou a Comissão de Segurança Pública como uma peça-chave para impulsionar o diálogo e sugeriu a inclusão do Ministério Público nas discussões, destacando sua importância na cobrança do cumprimento da lei federal. Ele criticou a lentidão do processo, enfatizando que a legislação federal não deveria ser objeto de debate, mas sim cumprida. Ressaltou a ansiedade e o descontentamento da tropa diante da indefinição, o que impacta

negativamente o serviço prestado à sociedade. Ele pediu uma atenção especial do Capitão Martim e da comissão para acelerar o diálogo, registrar avanços concretos e assegurar os direitos dos militares estaduais. Imediatamente a palavra foi dada ao **Tenente-Coronel Daniel Luizelli Altafini** que esclareceu que o **PROA** (Processo Administrativo do Executivo Estadual) mencionado anteriormente não se refere a uma adequação à nova lei federal ou à lei orgânica em tramitação. Segundo ele, trata-se de uma adequação relacionada à alteração feita em 1997, cujo processo de implementação ainda não foi concluído. Altafini destacou que essa é a memória que possui sobre o assunto. Contribuindo, **Jeferson França – ABERGS** destacou a importância da reestruturação do Corpo de Bombeiros, especialmente após os eventos adversos recentes ocorridos no estado, ressaltando que o PROA aberto busca ampliar a instituição com mais batalhões e espaços de atuação para lidar com calamidades. No entanto, ele criticou o fato de essa reestruturação estar em desacordo com a lei federal, apontando que os cargos e postos precisam estar alinhados a essa legislação. Ele reforçou que não é possível discutir reestruturações que incluam cargos e graduações sem adequação à lei federal, sendo esse o principal ponto defendido pela associação no momento. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu e afirmou que o objetivo principal da discussão é abordar a transição e como ela será realizada. Ele ressaltou a necessidade de manter a tropa informada sobre os próximos passos e prazos do processo. Finalizou mencionando que as considerações finais serão feitas posteriormente e convidou os interessados a se inscreverem para contribuir com o debate. Chamou o **Vice-presidente da Associação dos Sargentos, Daltro Quadros** que iniciou sua fala destacando sua posição como vice-presidente da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar e prestou homenagem aos brigadianos e brigadianas presentes, reconhecendo a garra e o comprometimento em defender um direito que já deveria estar assegurado pela lei. Ele enfatizou que a vontade da tropa já foi consolidada com a aprovação da lei, mas lamentou o que chamou de "boicote" do Comando Geral da Brigada em relação à sua aplicação. Como exemplo, citou as dificuldades enfrentadas com os requerimentos administrativos relacionados ao artigo 40, que só foram resolvidas após pressão direta das entidades sobre o Comando Geral. Para Daltro, isso representa uma resistência injustificada contra um direito legítimo dos servidores. Ele também criticou a postura do governo e do comando em momentos anteriores, quando utilizavam a legalidade para reprimir manifestações por melhores salários e condições de trabalho, mas agora hesitam em cumprir a lei que beneficia a tropa. Ressaltou que, em um estado democrático de direito, a lei deve ser cumprida integralmente, sem exceções ou interpretações seletivas. Por fim, Daltro reafirmou que as carreiras dentro da Brigada Militar estão claras e definidas pela lei: os praças têm a possibilidade de ascender até tenente-coronel, enquanto os oficiais ingressam pela academia. Ele enfatizou que qualquer regulamentação deve apenas ajustar detalhes como interstícios, vagas e cursos, mas não pode alterar a essência da estrutura já prevista. Finalizou pedindo respeito à lei e agradecendo ao Capitão Martim pela oportunidade de fala. O presidente, Deputado Capitão Martim, agradeceu e concedeu a palavra ao **representante do Corpo de Bombeiros Tenente-Coronel Darlen Silva Ribeiro**. Utilizou seu tempo de fala para esclarecer pontos levantados anteriormente, começando pelos requerimentos relacionados à transposição de carreira. Ele informou que, até o momento, desconhece casos de indeferimento no Corpo de Bombeiros e

solicitou que, caso as associações tenham conhecimento de algum, esses sejam encaminhados para que providências sejam tomadas imediatamente. Sobre o PROA mencionado anteriormente, Darlen explicou que ele foi criado com o objetivo de reestruturar e reorganizar a atuação operacional do Corpo de Bombeiros. Essa iniciativa surgiu como resposta às crises climáticas recentes que o estado enfrentou, sendo as enchentes e outras catástrofes naturais um "laboratório" para a implementação de melhorias na eficiência operacional e no licenciamento de prevenção contra incêndios. Ele destacou que o PROA é focado exclusivamente no enfrentamento dessas crises climáticas e não trata de nenhuma modificação relacionada à Lei Orgânica Nacional. O Tenente-Coronel esclareceu que, pela ausência de diálogo formal com as associações, o comando do Corpo de Bombeiros não poderia propor algo que contrariasse a Lei Orgânica Federal. Por fim, reiterou que o PROA é apenas uma iniciativa operacional frente às crises climáticas e não tem relação com questões legislativas ou estruturais abrangidas pela Lei Federal. Estava inscrito para fala o **Soldado Cruz**, de Rio Grande, que expressou a frustração dos servidores em relação às mudanças nas regras ao longo dos anos, destacando que quando decidiu ingressar na Brigada Militar, tinha a expectativa de alcançar o posto de Tenente. Ele mencionou que a atual carreira, regulamentada em 1997, ainda não foi plenamente implementada, sendo que, naquele plano, vagas de Terceiro Sargento, previstas para aplicação imediata, foram parceladas, gerando prejuízos nas promoções. Ele ressaltou as dificuldades do atual modelo de ascensão funcional, citando, por exemplo, problemas enfrentados por veteranos com mais de 20 anos de serviço, que, devido ao desgaste físico e problemas de saúde, acabam sendo impedidos de progredir na carreira. Cruz também mencionou a incerteza quanto às regras de transição relacionadas à nova carreira, o que gera insegurança entre os servidores ativos. Outro ponto abordado foi o impacto dessa estagnação na força de trabalho. Ele observou que muitos servidores qualificados e vocacionados, frustrados com a falta de oportunidades, acabam abandonando a Brigada Militar e migrando para outras carreiras, como a Polícia Civil, SUSEPE e Polícia Federal. Ele relembrou um cenário do passado em que um servidor poderia passar décadas como soldado e, apenas nos últimos anos antes da reserva, conseguir promoções mais rápidas até o posto de Tenente. Apesar de críticas à época, como acusações de prejuízo à Previdência, Cruz destacou que o problema nunca foi do servidor, mas sim da ineficiência do Estado em garantir uma progressão funcional adequada. Finalizando, enfatizou a angústia generalizada dos servidores com mais de 15 ou 20 anos de serviço, que se encontram indecisos entre optar pela nova regra de transição ou permanecer no modelo atual, ambos ainda sem clareza suficiente para garantir estabilidade e progresso. Na ordem de inscrições estava o **Primeiro Tenente Sitenesc**, do Corpo de Bombeiros, trouxe duas contribuições baseadas em sua experiência e observações. Ele mencionou sua atuação na linha de frente durante a enchente em Porto Alegre, ocasião em que interagiu com bombeiros de todo o país. Essa experiência revelou uma grande discrepância entre a realidade do Rio Grande do Sul e a de outros estados, causando perplexidade nos demais militares. Ele destacou que, enquanto em 95% dos estados a carreira apresenta progressão regular, no Rio Grande do Sul há tenentes com mais de 25 anos de serviço estagnados, sem perspectiva de ascensão. Ele apontou que a Lei Orgânica Básica (LOB) ou a Organização Nacional Militar (AON) não causou grandes impactos no restante do Brasil, tendo sido aprovada

sem dificuldades no Congresso, inclusive com o aval dos comandantes. Entretanto, no Rio Grande do Sul, os problemas persistem desde as alterações na carreira de 1997, agravando-se ao longo dos anos. Ele ressaltou que, desde 2003, só testemunhou perdas de direitos e aumentos no tempo de serviço, o que inclui promoções tardias, até na reserva, e situações extremas como pensões para famílias de militares que morreram em serviço. Destacou ainda que a idade mínima para a reserva foi aumentada para 55 anos, o que significa que soldados e tenentes poderão acumular até 30 anos ou mais na mesma função, gerando consequências como o aumento da idade compulsória (tempo máximo de permanência no serviço público). O Tenente observou que, com a estagnação da carreira, o aumento do tempo de serviço e a perda de direitos, o modelo atual se aproxima das condições da CLT, o que desmotiva os servidores. Ele questionou o valor do regime militar atual, que, apesar de sua rigidez e exigências em termos de hierarquia e disciplina, não oferece contrapartidas atrativas em termos de progressão ou reconhecimento. Por fim, Sitenesc destacou a importância de um modelo de gestão que motive os servidores e permita crescimento pessoal. O próximo a falar foi o **Sargento Ubirajara** que destacou uma situação relacionada ao encaminhamento de um requerimento em outubro, baseado na legislação federal. Ele relatou que, enquanto comandante de pelotão, enviou o documento para sua companhia, que por sua vez o direcionou ao comando regional. No entanto, o requerimento foi arquivado nesse nível sem seguir para o departamento administrativo ou à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para análise e emissão de um parecer sobre a legislação federal vigente. Ele reforçou a expectativa de que o trâmite avançasse para avaliação e mencionou que, caso a lei não seja cumprida, recorrerá à Justiça, como é direito de todo cidadão. Em seguida, o participante elogiou o projeto de reestruturação do Corpo de Bombeiros, destacando pontos positivos como a Defesa Civil, centros de desastre, e a estruturação da Academia de Bombeiro em parceria com a Universidade Federal. Apesar disso, ele apontou uma discordância: o projeto menciona a criação de oficiais especialistas e cargos de capitães, o que estaria em desacordo com a legislação federal. Ele destacou que, pela lei, o acesso ao posto de capitão deve ocorrer apenas por meio da promoção de primeiro-tenentes, não havendo previsão para concursos diretos ou criação de novos cargos dessa natureza. Ubirajara também fez um apelo enfático aos parlamentares, incluindo a deputada Nadine, para que o foco não seja apenas a reestruturação, mas também a aplicação da lei orgânica nacional, que impacta diretamente a carreira das praças e oficiais subalternos. Ele relatou o descontentamento da tropa ao ouvir dos gestores que a prioridade é a reestruturação, deixando a discussão da lei orgânica para depois, o que, segundo ele, causa desmotivação e revolta. Por fim, ele compartilhou uma situação que ilustra a insatisfação geral, mencionando a promessa não cumprida de nomear um auditório em homenagem a dois colegas falecidos durante a pandemia, além das dificuldades enfrentadas pelas pensionistas para receber seus benefícios, inclusive com exigências burocráticas consideradas desrespeitosas. Ele concluiu sua fala reforçando o apelo por atenção às demandas da tropa e respeito às leis vigentes. O **Deputado Capitão Martim** agradeceu e destacou a importância de se estabelecerem encaminhamentos claros ao final da audiência pública, enfatizando que esse é o principal objetivo do encontro. Ele ressaltou que mais de 1.200 pessoas acompanhavam a audiência de forma online, evidenciando o grande interesse pelo tema. O deputado destacou a urgência da questão para os presentes

e, sobretudo, para aqueles que não puderam comparecer por estarem de serviço, reforçando a necessidade de sair da audiência com metas objetivas. Ele perguntou se mais alguém desejava fazer uso da palavra antes de encerrar o debate, indicando que o tempo da audiência estava no limite, e anunciou que em breve passariam para os encaminhamentos finais. Retoma a palavra o **Paulo Ricardo** que dirigiu-se aos demais presentes para comentar sobre o contexto envolvendo o governador desconhecendo a legislação em discussão. Em seguida, propôs organizar uma reunião entre o governador, os deputados e as associações representativas, enfatizando que os profissionais da carreira de nível médio possuem o conhecimento mais aprofundado sobre sua realidade laboral. Ele argumentou que somente esses profissionais poderiam transmitir com precisão as dificuldades e experiências vividas no dia a dia de trabalho, algo que terceiros, com menos vivência prática, poderiam não conseguir expor adequadamente. Finalizou reiterando sua sugestão e agradecendo pela atenção. O **Deputado Capitão Martim** informou que esta proposta já estava registrada para constar nos encaminhamentos finais. Fez uso da palavra um **participante** que não se identificou pelo nome. Iniciou sua fala destacando que seria breve, pois reconhecia suas limitações na oratória. Ele se apresentou como soldado há 12 anos, representando o 34º BPM e o 9º batalhão, onde serviu por 8 anos, e trouxe uma crítica contundente ao plano de carreira atual, classificando-o como péssimo. No entanto, destacou que essa insatisfação é uma luta antiga, enfrentada tanto por aqueles que ingressaram antes dele quanto pelos que vieram depois. Ele afirmou que, nos grupos de WhatsApp e nas conversas com colegas, há uma grande desinformação. Comentou que as decisões sobre a carreira parecem ser impostas sem transparência, comparando a situação a alguém que pede para decidir se aceita algo antes mesmo de saber o que está sendo oferecido. Para ele, apesar de o atual modelo de aposentadoria ser insatisfatório – como no caso dos soldados que se aposentam na mesma posição –, há um entendimento geral do funcionamento desse sistema. No entanto, a proposta da ALON (Alternativa de Longo Prazo) é envolta em incertezas, e ninguém sabe como será implementada. O soldado demonstrou preocupação sobre como o governo pode modificar, adicionar ou retirar aspectos do plano sem consulta ou clareza, o que gera insegurança entre os profissionais. Ele compartilhou sua própria situação, afirmando que, pelo sistema atual, há a possibilidade de se aposentar como tenente, mesmo que não passe na prova de sargento, apenas pelo tempo de serviço. Contudo, com a implementação da ALON, ele teme perder essa possibilidade, especialmente se as regras mudarem e não permitirem retroceder uma vez tomada a decisão de aderir. Ele criticou a falta de comunicação direta e clara, mencionando que informações sobre a carreira têm chegado apenas por WhatsApp, gerando confusão e desespero entre os colegas. Também destacou que as associações deveriam entender que os interesses individuais variam, e que muitos profissionais estão no escuro sobre os impactos da ALON em suas trajetórias. Finalizou pedindo que os representantes presentes fornecessem respostas concretas sobre o que ele poderia dizer aos seus colegas ao retornar, enfatizando que há uma preparação para uma possível votação da lei, mas que ainda faltam esclarecimentos fundamentais. Reforçou que, sem transparência e entendimento, a proposta corre o risco de causar divisões entre a categoria. Para responder aos questionamentos deste participante o **Deputado Capitão Martim** iniciou pedindo desculpas aos colegas parlamentares e se colocou na posição de alguém com 18 anos

de experiência como militar, carregando mochila e fuzil, e reconheceu a dificuldade em fornecer respostas concretas aos profissionais da linha de frente sobre as mudanças propostas. Admitiu que, no momento, não há nada definitivo, mas enfatizou que há muitas pessoas envolvidas e que será necessário um período de transição para implementar qualquer mudança. Ele destacou que, para quem está no campo, a principal preocupação é fazer um bom trabalho e voltar para casa em segurança, sem se preocupar diretamente com as discussões normativas, que muitas vezes chegam a eles apenas por meio de grupos de WhatsApp. Para ele, a falta de clareza nesse processo gera insegurança, algo que precisa ser enfrentado com organização. Como solução, o deputado propôs a criação de um grupo de trabalho abrangente, envolvendo representantes do Legislativo, das associações, da Brigada Militar, dos Bombeiros e da Secretaria de Segurança Pública. Esse grupo teria a responsabilidade de planejar a transição, definir prazos e informar claramente a tropa sobre o que será implementado. Ele sugeriu que o governador também fosse incluído nesse processo, juntamente com representantes políticos como a deputada Luciana Genro, a Deputada Delegada Nadine e o Deputado Jeferson Fernandes, para promover um diálogo integrado e eficiente. Ele destacou a urgência em organizar uma audiência com o secretário para estabelecer um plano de trabalho claro. Como militares acostumados à disciplina e ao planejamento, ele defendeu que seja estruturado um cronograma com etapas bem definidas, desde a finalização dos estudos até a comunicação transparente com os servidores. Para isso, seria essencial criar canais que permitissem informar a tropa constantemente sobre os avanços e as decisões tomadas. Finalizou enfatizando que a transparência no processo de transição é essencial para garantir a confiança e o engajamento de todos os envolvidos. Pediu a palavra a Deputada Luciana e foi imediatamente concedida. A **Deputada Luciana Genro** manifestou concordância com os encaminhamentos propostos anteriormente, mas reforçou a necessidade de uma audiência com o governador para que ele compreenda plenamente a importância e a urgência do processo em questão. Ela argumentou que o secretário de segurança está subordinado ao governador e, sem o apoio e a compreensão do chefe do Executivo, o secretário não terá a força necessária para conduzir as mudanças de maneira eficaz. Em resposta direta ao questionamento do participante que falou sobre o prazo a Deputada Luciana afirmou que ele não é definitivo. Ela tranquilizou os presentes, sugerindo que não há motivo para estresse quanto ao prazo, pois o processo ainda será aberto e sendo discutido. No entanto, destacou que é essencial que haja pressão tanto por parte dos parlamentares quanto das associações para que as discussões avancem rapidamente. Houve novamente questionamentos da plateia ao que a deputada reconheceu a validade do questionamento levantado anteriormente sobre a dificuldade de optar por algo sem ter clareza sobre o futuro. Ela enfatizou que, embora o novo modelo seja melhor do que o atual, é injusto exigir que as pessoas façam escolhas no escuro, sem entender plenamente as mudanças que impactarão suas carreiras, as vagas e o funcionamento geral da transição. Para ela, é fundamental que cada indivíduo tenha acesso às informações necessárias para tomar uma decisão consciente. Finalizou ressaltando a importância de uma comunicação transparente para garantir que todos compreendam o impacto das modificações antes de aderirem às novas regras. Interveio a **Deputada Delegada Nadine** e corroborou com a fala da Deputada Luciana Genro sobre a importância de garantir a clareza e a proteção dos

direitos dos profissionais envolvidos no processo de transição. Enfatizou que seria essencial deixar registrado em ata, nesta audiência, a questão do prazo para a escolha, de forma que fique claro e assegurado que nenhum colega será prejudicado pela falta de informações concretas. Ela destacou que é inconcebível exigir que alguém faça uma escolha sem compreender plenamente como as mudanças serão implementadas. Para a deputada, mesmo que a lei federal determine um prazo, é evidente que este deverá ser reaberto, pois não há condições justas para que as decisões sejam tomadas no momento atual. Então o **Deputado Capitão Martim** concordou com a proposta destacando que o ponto principal é garantir que a tropa não seja prejudicada pela falta de clareza sobre o prazo e o processo em questão. Ele evitou entrar no mérito de discutir se o prazo atual é justo ou não, mas ressaltou que a proximidade desse prazo cria um cenário de incerteza para os profissionais que estão na linha de frente, muitos dos quais, enquanto patrulham, são pressionados a tomar decisões sem compreender plenamente o que está sendo proposto. Com base nas discussões realizadas, ele indicou que alguns encaminhamentos já foram definidos e, com o avançar da audiência, pediu celeridade para as considerações finais. Antes de encerrar, passou a palavra para os representantes da mesa, começando pelo **Tenente-Coronel Daniel Luizelli Altafini**. Ele iniciou suas considerações reforçando que sua presença na audiência foi uma solicitação do comando da Brigada Militar com o objetivo de escutar atentamente as manifestações e compreender as preocupações levantadas. Ele destacou que o comando está conduzindo estudos detalhados sobre a nova Lei Orgânica, com um cuidado especial voltado para a transição e as angústias expressas pelos profissionais da segurança pública. Altafini garantiu que nenhuma decisão ou encaminhamento sobre a nova lei resultará em prejuízo para os servidores, assegurando que o ingresso em novas carreiras ou quadros respeitará a segurança jurídica. Ele explicou que a lei federal ainda não possui eficácia no Estado, pois necessita de regulamentação específica, cuja iniciativa é privativa do governador. O Tenente-Coronel apresentou um histórico da evolução da carreira na Brigada, mencionando a transição iniciada pela Lei Complementar 10.992, de 1997, que resultou na extinção de graduações, como a de Terceiro Sargento, e na criação de novos cargos superiores. Ele apontou que essa transição está em sua fase final, prevista para ser concluída em julho de 2027. Atualmente, existem 4.984 cargos de Segundo Sargento, com previsão de acréscimo de 2.199 até 2027. No caso de Primeiro Sargento, há 2.745 cargos, com 630 adicionais previstos. Quanto aos tenentes, o quadro atual é de 880 cargos, com um aumento planejado de 315. Altafini reforçou que esses dados evidenciam o cuidado do comando em garantir estabilidade e segurança jurídica ao longo de uma transição que já dura quase três décadas. Ressalta que, embora tenha sido aprovada pela União, ela reflete normas que muitos estados já adotaram ao longo do tempo. Ele afirmou que a transição entre as normas antigas e as novas gera grande preocupação com a segurança jurídica, especialmente porque nos últimos anos o regime jurídico dos militares do Rio Grande do Sul passou por várias reformas, como em 2017, 2019 e 2020. Essas alterações, ainda em processo de adaptação, têm sido observadas pelo Tribunal de Contas do Estado, que está atento à necessidade de uma regulamentação precisa. O Tenente-Coronel também explicou que a Brigada Militar está realizando um estudo detalhado sobre a viabilidade de aplicar a norma federal no contexto do estado, levando em consideração as características operacionais e a carreira dos militares da corporação.

Desde 2021, a Brigada Militar tem se esforçado para promover a ascensão na carreira dos militares de nível médio, com a realização de cursos como o Curso Técnico de Segurança Pública (CTSP) e o Curso Básico de Administração Policial Militar (CBAPM). Ele destacou que, entre 2021 e 2024, mais de 200 soldados foram habilitados e promovidos, e mais promoções estão previstas para 2025. O Tenente-Coronel também falou sobre o processo seletivo para os cursos, que é baseado em 50% de mérito intelectual e 50% de antiguidade. Ele reconheceu que houve um intervalo de tempo sem seleções internas entre 2016 e 2021, mas desde então o comando tem implementado processos seletivos anuais. Para ele, as particularidades do Rio Grande do Sul, assim como os diferentes contextos das polícias militares de cada estado, devem ser levadas em consideração, uma vez que a legislação federal estabelece normas gerais, mas os estados têm a competência para adaptá-las à sua realidade. Outro ponto abordado foi a importância da regulamentação estadual, que é necessária para que a Lei Federal tenha plena eficácia no estado. A Constituição Federal estabelece que a União pode legislar sobre normas gerais, mas cabe aos estados adaptar essas normas. No caso do Rio Grande do Sul, a regulamentação é de competência privativa do governador, e, até que isso ocorra, a implementação da lei federal permanece incompleta. O Tenente-Coronel também alertou para a necessidade de considerar o impacto fiscal da criação de cargos ou reestruturação de carreiras, uma vez que o estado está sob um regime de recuperação fiscal. A legislação federal e o decreto estadual que a regulamenta proíbem a criação de novos cargos com impacto financeiro, o que precisa ser observado no processo de regulamentação. Por fim, ele destacou que a implementação dessa nova legislação é um tema complexo, envolvendo diversas áreas e interesses, como a carreira dos militares, o serviço prestado à sociedade e a segurança jurídica. Ele ressaltou que é fundamental garantir que o serviço da Brigada Militar continue com excelência, sem rupturas que possam prejudicar a corporação, mantendo o compromisso com a sociedade gaúcha e com a melhoria da segurança pública. **Maico Volz, da ABAMF**, pediu a palavra e iniciou enfatizando a importância de valorizar os servidores da instituição, destacando que o pior para a sociedade seria manter servidores insatisfeitos, desiludidos e desmotivados. Ele afirmou que, quando o servidor é valorizado e entusiasmado, seu trabalho é mais eficaz, refletindo diretamente na qualidade do serviço prestado. Em seguida, Volz fez uma crítica à legislação de 1997, mencionando que ela tem sido "desidratada" ao longo dos anos, foi perdendo suas características e vantagens originais com o passar do tempo. Ele ressaltou que, originalmente, a legislação de 1997 previa concursos com uma distribuição de vagas para promoção mais favorável, na proporção de 70 para 30, como também a promoção aos 20 anos de serviço e a questão dos triênios. No entanto, essas prerrogativas foram sendo modificadas ao longo dos anos, e, portanto, a legislação atual não pode ser comparada com a de 1997. Ele também apontou que os números expressivos de concursos e qualificações que ocorreram nos últimos anos são consequência do longo período em que não houve concursos, o que gerou um acúmulo de vagas. Maico ainda falou sobre a projeção de vagas e concursos futuros, destacando que, com o atual ritmo e estrutura de vagas, as oportunidades para promoções, como para o cargo de Segundo Sargento, irão se esgotar ao longo do tempo, possivelmente até 2028 ou 2029. Ele fez uma análise matemática, garantindo que os atuais Segundo-Sargentos, dentro desse cenário, não alcançarão o posto de

Primeiro-Tenente. Ele também ressaltou que, caso o atual sistema continue da mesma forma, as vagas já estarão ocupadas antes mesmo de novos candidatos conseguirem entrar na carreira. Ele deixou claro que essa projeção não é uma questão de interpretação, mas sim de uma análise matemática exata, destacando que a escassez de vagas é um problema real e iminente para os militares. Ele expressou sua frustração por não ter tempo suficiente para detalhar os dados durante a audiência pública, mas mencionou que, para poder discutir melhor esses pontos, as associações farão uma *live*, e ele convidou os demais participantes para se juntarem na discussão de forma mais profunda. Por fim, ele se referiu à indignação de seus colegas, que estavam enviando mensagens expressando o desejo de também se manifestar, mas destacou que o tempo da audiência estava se esgotando, o que impediu uma participação mais ampla. Volz concluiu sugerindo que uma nova audiência fosse organizada para permitir uma discussão mais detalhada sobre os problemas levantados, especialmente no que se refere às vagas e promoções. Finalizando, o **Deputado Capitão Martim** fez uma série de encaminhamentos da audiência pública: (1) foi recebida pela presidência dos trabalhos uma carta aberta do Fórum das Entidades da Brigada Militar e Bombeiros; (2) foi decidido que será marcada uma audiência com o governador para discutir as questões abordadas na audiência pública, que são numerosas e complexas; (3) marcação de uma audiência com o secretário de segurança pública para a criação de um grupo de trabalho com representantes da Assembleia Legislativa e das entidades de classe; (4) garantia de que nenhum membro da brigada militar e do corpo de bombeiros será prejudicado pelo prazo imposto pela Lei de Organização Nacional; (5) viabilizar um canal de comunicação transparente sobre os estudos que serão realizados em relação a lei federal das polícias militares; (6) proposta de realização periódica de reuniões para avançar no tema tratado na reunião com os deputados presentes, Deputado Capitão Martim, Deputada Luciana Genro, Deputada Delegada Nadine e Deputado Jeferson Fernandes, tanto nas dependências da Assembleia Legislativa quanto em outras regiões do estado do RS. Sendo estes os encaminhamentos o presidente da Audiência Pública, Deputado Capitão Martim, declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Elton Levi Schröder Fenner, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que, após aprovada, será assinada por mim, e pela Deputada Stela Farias, Presidenta da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado, e publicada nos termos regimentais.

Deputada Stela Farias

Presidenta da CSSP.

Elton Levi Schröder Fenner,

Secretário.